



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

VILA EM MOVIMENTO:

Construindo Laços para Acessar Direitos.

Luciana Santos Arruda, Assistente Social, Residente AU+E/UFBA

Elisamara de Oliveira Emiliano Assistente Social, Doutoranda PPGAU-UFBA (Tutora)

Dra. Arqt. Ângela Souza Gordilho (Co-Tutora)

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA

Janeiro de 2015



CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Luciana Santos Arruda, Assistente Social, Residente AU+E/UFBA

Elisamara de Oliveira Emiliano Assistente Social, Doutoranda PPGAU-UFBA (Tutora)

Dra. Arqt. Ângela Souza Gordilho (Co-Tutora)

Colaboração:

Gisele Fraga, Arquiteta, Residente AU+E/UFBA

Cleiton Airon Alves Arruda, Urbanista, especialista em Planejamento Urbano, Residente AU+E/UFBA

Consultoria:

Ramayana Silva da Costa, Analista de Processos Sociais, Assistente social Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia- CONDER

Cristiane dos Santos Pisa, Assistente Social, especialista em Saúde social com ênfase no Programa Saúde Da Família-PSF, coordenadora da Proteção Social Básica da cidade de Ruy Barbosa.

Apoio:

Prefeitura Municipal De Ruy Barbosa

Secretaria Municipal de Assistência social

Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Equipe do CRAS

Moradores da Vila



SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA:

Data: 28/01/2015

Local: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFBA

Residente: Luciana Santos Arruda, Assistente Social, Residente AU+E/UFBA

Título: VILA EM MOVIMENTO: Construindo Laços para Acessar Direitos.

Membros da Banca:

Tutora: Elisamara de Oliveira Emiliano Assistente Social, Doutoranda PPGAU-UFBA

Co-Tutora: Profa. Arqta. Dra. Ângela Gordilho Souza

Membro Interno: Prof. Arqto. Dr. Eduardo Teixeira de Carvalho

Membro Externo: Cristiane dos Santos Pisa, Assistente Social, especialista em Saúde social com ênfase no Programa Saúde Da Família-PSF, coordenadora da Proteção Social Básica da cidade de Ruy Barbosa.

Representantes da Comunidade:

Tânia Maria Rodrigues dos Santos – Representante dos Moradores da vila

Representantes institucionais:

Artur Francelino- Secretário do Meio Ambiente de Ruy Barbosa

Eliana M. Carneiro de Moraes- Engenheira da Secretaria Municipal de Infraestrutura



APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

Este trabalho é resultado da atividade prática do curso de Pós Graduação, Especialização em Residência Técnica para Habitação e Direito à Cidade na Faculdade de Arquitetura da UFBA, (Residência AU+E/UFBA). O referido curso, voltado para elaboração de projetos participativos de interesse social, pelo seu caráter multidisciplinar, absorve também profissionais de áreas afins, voltados para essa temática, que é o caso dessa proponente, com formação em serviço social e integrante da 1ª. turma de profissionais residentes - 2013/14. A proposta a seguir apresentada, tem como objeto de atuação o acompanhamento social de pós-ocupação do conjunto de casas entregues no início de fevereiro a 60 famílias, no município de Ruy Barbosa, no Estado da Bahia, com vistas ao desenvolvimento de projetos de melhorias para o referido conjunto e conseqüentemente para a cidade, que contribuam para o fortalecimento de cidadania dessa comunidade. Esta foi desenvolvida com orientação de tutores e consultores da Residência AU+E/UFBA e com o apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

Dedico esse trabalho a Brasilina Ferreira Arruda, minha avó e a Margarida Maria Santos, minha mãe: exemplos de mulheres guerreiras que, por falta de oportunidade, não ocuparam as cadeiras da Universidade, mas, depositaram em mim todo amor apoio e incentivo no caminho de busca pelo crescimento profissional.

Meus agradecimentos vão em primeiro lugar para Deus, por abrir meus caminhos nas trilhas acadêmicas pelas quais escolhi caminhar. À minha família amada pelo apoio incondicional e por compreender minha ausência nos momentos em que tive que me dedicar aos estudos. Aos amigos, pelo incentivo, carinho e compreensão. Em especial para Francisca Pedrosa, pelo incentivo para me inscrever nesse curso ressaltando a importância de que uma assistente social ocupasse esse espaço. À amizade/amor de Philippe Gomes, que demonstrou de inúmeras formas ser companheiro em todas as horas.

Um agradecimento essencial vai para os moradores da vila, pois, sem o acolhimento dos mesmos, esse trabalho não seria possível.

Ao poder público municipal que, através dos seus técnicos, alocados em diversos setores, disponibilizou os recursos necessários para a efetivação das ações realizadas. Principalmente para a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) e toda sua equipe pois, esteve diretamente ligada a realização dessa iniciativa e acolheu a proposta sem medir



esforços para efetivá-la. Nesse contexto, destaco Eridan Dourado, pelo compromisso e competência no desenvolvimento do trabalho de gestora desse órgão e pela disponibilidade demonstrada para todas as solicitações realizadas durante essa intervenção. Sinalizo também, o protagonismo das companheiras na equipe do CRAS e das minhas estagiárias que foram fontes de apoio na execução das tarefas diárias. À Cristiane Pisa, nossa coordenadora, pela disponibilidade incondicional na orientação desse trabalho, mesmo num momento em que passou por sérias questões de Saúde.

Aos professores por nos proporcionarem o ensino qualificado, em especial à Heliana Mettig, Renata Burlacchini, Any Brito e Luciana Calixto que, além de assumirem seu papel como condutoras do processo de transmissão de conhecimento, nos encorajavam de maneira carinhosa, através das escutas realizadas pelos corredores da “nossa casinha”.

Aos companheiros de turma pois, com vocês tenho aprendido que o desafio de pensar as cidades é um exercício complexo e divertido! E que essa tarefa, tão necessária para a realidade atual brasileira, jamais seria possível de ser executada sem o diálogo e a complementariedade entre as áreas. Foi muito bom dividir as “dores e delícias” de sermos os primeiros com profissionais tão comprometidos e que demonstraram respeito as especificidades da minha formação, valorizando os saberes compartilhados. À Gisele Fraga, de forma especial, por ter dividido comigo essa construção e por ter aceitado o desafio de forma tão competente e corajosa.

Encerro com um obrigada especial às minhas Tutoras: Elisamara Emiliano que se fez presente nesse processo atendendo a todas as minhas solicitações de reuniões, mesmo estando fora do Brasil para fins de estudo. Além disso, a mesma não se limitou ao papel de orientação acalmando minhas angústias de iniciante e dividindo inquietações próprias da nossa categoria profissional; e Ângela Gordilho, que foi sendo incorporada a esse trabalho à medida em que se esforçava para atender as minhas demandas, apontando os caminhos possíveis para a realização das ações propostas. Esse esforço ocorreu, mesmo diante da incessante tarefa de fazer acontecer esse curso e de outras tantas que executa, sendo que, nesse processo, a mesma foi nos contagiando com a energia despendida para a realização do sonho de construir cidades melhores e mais justas!



RESUMO

A proposta de trabalho elaborada nesse projeto é resultado da assistência técnica em habitação e direito à cidade, desenvolvida no ano de 2014, como atuação em campo da primeira turma de especialização nessa temática, que trouxe o formato de Residência Técnica. Nesse curso, após um semestre de formação teórica os residentes definiram uma área de atuação para desenvolverem seus trabalhos. A cidade de Ruy Barbosa surgiu como possibilidade de atuação devido a contratação de uma das profissionais que fazem parte dessa turma. Além disso, estava entregando, no mesmo período, um empreendimento composto por 60 casas. Esse conjunto habitacional foi o primeiro entregue pela gestão municipal, em fevereiro de 2014. Desse modo, a proposta da RAU+E foi atrelada a uma demanda de acompanhamento do Pós ocupação a ser desenvolvida nessa realidade. Para essa intervenção, assume-se como objetivo geral promover o desenvolvimento comunitário através do estímulo à criação de uma organização social no sentido de possibilitar um horizonte de geração de renda e representatividade junto às demandas locais na busca pela efetivação do direito à cidade. Já os objetivos específicos, envolvem o Estímulo ao surgimento de uma iniciativa de organização comunitária; busca Promover formações sobre os princípios da economia solidaria; e, além disso, desenvolver ações de educação ambiental e patrimonial. A metodologia proposta é orientada pela perspectiva de acreditar no potencial participativo da comunidade e se utiliza de elementos como esporte, oficinas, assembleias, formações, caminhadas, etc, para o desenvolvimento das ações.

Palavras-chave: Organização social, Desenvolvimento Comunitário, Direito à Cidade.

ABSTRACT

The proposed work developed in this project is the result of technical assistance in housing and right to the city, developed in 2014, as activity in the field of first class expertise in this subject, which brought the Technical Residence format. In this course, after one semester of theoretical training residents defined a remit to develop their work. The city of Ruy Barbosa emerged as a possibility of action due to hiring one of the professionals who are part of this group. Also, was delivering in the same period a development consisting of 60 houses. This housing project was the first delivered by municipal management in February 2014. Thus, the proposal of RAU + E was linked to a follow-up demand of the Post occupation to be developed in this reality. For this intervention, it is assumed as a general objective to promote community development by stimulating the creation of a social organization in order to allow a horizon of income generation and representation with local demands in the quest for realization of the right to the city. Have specific goals involve the fostering of an initiative of community organization; search promote training on the principles of solidarity economy; and, in addition, develop environmental and heritage education activities. The proposed methodology is guided by the prospect of believe in community participatory potential and uses elements such as sports, workshops, meetings, training, hiking, to the development of actions.

Key words: Social organization, Community Development, Right to the City.



LISTA DE SIGLAS

ACS- Agentes Comunitários de Saúde

APAE-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.

ARIE-Área de Relevante Interesse Ecológico

CESOL- Centro Público de Economia Solidaria.

CIAGS- Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social

CONDER-Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia

CRAS-Centro de Referência em Assistência social

CREAS- Centro de Referência Especializado em Assistência Social

DIST- Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios

IBGE-Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica

PAC -Plano de Aceleração do Crescimento

PMCMV- Programa Minha Casa Minha Vida

PSF-Programa Saúde Da Família

SMAS- Secretaria Municipal de Assistência Social

SETRE- Secretaria Estadual de Trabalho emprego e Renda-

THABA- Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

UFBA- Universidade Federal da Bahia



LISTA DE FIGURAS

Imagem 01- Entrega das casas	12
Imagem 02- Mobilização das famílias e Levantamento das primeiras demandas	13
Imagem 03- Realização dos Cadastros das Famílias.....	14
Imagem 04- Equipe de realização do cadastro	15
Imagem 05- Assinatura da Manifestação de Interesse	16
Imagem 06- Visita ao Centro Jovem São Jorge	17
Imagem 07- Primeira reunião.....	18
Imagem 08- Segunda reunião.....	20
Imagem 09- Mutirão: limpeza do entorno.....	22
Imagem 10- Mutirão: Stand Saúde.....	23
Imagem 11- Mutirão: Panfletagem Socioeducativa	24
Imagem 12- Roda de escuta com Moradoras.	25
Gráfico 01- Produto Interno Bruto	27
Gráfico 02- Estabelecimentos de saúde Municipais.....	29
Quadro 01- Caracterização dos domicílios	29
Gráfico 03- Nível de instrução escolar.....	31
Gráfico 04- Situação ocupacional do maiores de 18 anos.....	32
Gráfico 05- O que deve ser construído no entorno	34



Sumário

RESUMO	6
ABSTRACT	6
LISTA DE SIGLAS	7
LISTA DE FIGURAS.....	8
1-Área, comunidade e termo de cooperação	11
1.1. Nome do bairro e localidade	11
1.2-Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s) e Personalidade Jurídica	11
2- Pesquisas, oficinas e metodologias de Assistência Técnica.....	11
2.1. Aproximação com a comunidade, breve histórico, conquistas da comunidade e descrição da(s) problemática (s)/demanda(s) encontrada(s).....	11
3-Diagnósticos, resultados preliminares e contexto para delimitação da proposta	25
3.1- Macroárea	25
3.2- Microárea.....	29
3.3- A Vila	30
4- Os resultados obtidos para a definição dos Projetos específicos	31
4.1-Perfil Dos Moradores	31
5- Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento das próximas etapas previstas para desenvolvimento e implantação do projeto	34
5.1- Objetivo Geral	34
5.2-Objetivos específicos.....	35
5.3 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados na Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições do projeto	35
5.4-Metodologia.....	37
5.5- Metas	42
5.6- Indicadores e resultados	42
5.7-Instrumentos de sistematização e registro	43
5.8- Avaliação	43
6-Cronograma previsto (prazos para próxima etapa)	43
7. Equipe Técnica e Orçamento previsto.....	44
7.1. Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica, por hora/serviços	44
7.2. Serviços complementares e consultorias especializadas.....	44
7.3. Gastos com Recursos Materiais.	44
8- Viabilidade institucional, econômica e financeira	45



8.1-Recomendações para o Termo de Referencia	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
ANEXOS.....	48



1-Área, comunidade e termo de cooperação

1.1. Nome do bairro e localidade

Conjunto habitacional localizado no bairro Dom Mathias da Cidade de Ruy Barbosa, Bahia.

1.2-Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s) e Personalidade Jurídica

Associação Menina Mulher (Pessoa Jurídica)

Rua Hermelino B. Santos, S/N, Boa Vista

Presidente: Raimunda Bispo Veloso

Tel:(75)9849-8661

Secretaria Municipal de Assistência Social (Pessoa Jurídica)

Praça Adalberto Ribeiro Sampaio, nº104, centro. CEP:46.800.000

Tel: (75) 3252-3357

Email: [gabinete@smasruybarbosa.com.br/](mailto:gabinete@smasruybarbosa.com.br) www.facebook.com/smasruybarbosa.bahia

Secretária Eridan Martins de Araújo Dourado

Representante dos moradores (Pessoa física)

Tânia Maria Rodrigues dos Santos

Tel.:(75) 9808 9804

Email:ravenawshy@hotmail.com

2- Pesquisas, oficinas e metodologias de Assistência Técnica

2.1. Aproximação com a comunidade, breve histórico, conquistas da comunidade e descrição da(s) problemática (s)/demanda(s) encontrada(s)

O trabalho social de pós-ocupação teve início em fevereiro de 2014, após a entrega dos imóveis. O passo inicial foi a elaboração do plano de trabalho, que foi apresentado junto ao curso de pós-graduação da Residência Técnica em Política de Habitação e Direito à Cidade (RAU+E) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essa proposta de ação foi entregue também na Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), sendo que, a sua execução foi



aprovada pela responsável do setor, dado que uma das residentes faz parte do corpo de funcionários da secretaria em questão. Em paralelo, foi realizada a aproximação com a comunidade através de visitas, que tiveram como objetivo responder as demandas mais emergentes, após a mudança, sendo elas: a transferência de alunos para escolas mais próximas, e o levantamento de problemas estruturais, que, no pouco tempo de entrega das unidades habitacionais, já vinham sendo sinalizados pelos moradores.

Imagem 01- Entrega das casas



Fonte: Tonho Pereira em 15-02-14

Essa intervenção foi sistematizada e encaminhada para os órgãos responsáveis. Nesse momento, além do levantamento, sistematização e encaminhamento das demandas para os setores municipais competentes, foi realizado um trabalho de mobilização das famílias, que foram convidadas a participar das ações do trabalho social de pós-ocupação. Além do convite, foi esclarecida a importância da participação e envolvimento dos moradores, para a viabilidade do trabalho, considerando que, sem a adesão deles, não é possível desenvolver os propósitos do trabalho.

É importante destacar que, no período, entre a entrega das casas e o início das ações junto ao conjunto habitacional houve um movimento de ocupação de unidades ainda não habitadas. No dia da inauguração, a gestão municipal estabeleceu o prazo de 30 dias para a mudança dos beneficiários que, optando por desistir da moradia, deveriam procurar a SMAS para assinar um termo de desistência, permitindo que a unidade habitacional fosse entregue a outra família cadastrada na lista de suplência. Porém, mesmo antes do vencimento desse prazo



algumas residências, foram ocupadas por famílias que justificaram sua entrada na moradia por necessidade e pelo fato de não ter “ninguém morando”.

Imagem 02- Mobilização das famílias e Levantamento das primeiras demandas



Fonte: Elaborado pela Autora em 18-03-14

Desse modo, durante a elaboração do plano de trabalho, houve um movimento da equipe responsável pelos cadastros da habitação na SMAS, no sentido de convocar rapidamente as pessoas que ainda não haviam tomado posse do imóvel, para averiguar as desistências, permitido, assim, a utilização da lista de suplência para convocar os beneficiários cadastrados.

Diante disso, é necessário ressaltar que quando a proposta do Plano de Trabalho foi apresentada, na SMAS, destacou-se os objetivos do mesmo, evidenciando que as ações não envolviam o acompanhamento das desistências, pois, essa atividade deveria ser atendida pela equipe dos cadastros habitacionais, já que, a mesma teve acesso à documentação das famílias, desde o primeiro momento. Durante esse processo questionou-se sobre o trabalho social realizado no pré-obras e durante a construção das habitações, e foi informado que sua realização se deu através do esclarecimento das informações quanto aos direitos e deveres dos moradores, sendo estes conteúdos trabalhados em diversos momentos. Também foram relatadas as dificuldades que a administração municipal teve para conseguir produzir essas casas, pois houve troca da empresa responsável pela construção, paralisação de obras e muito atraso na entrega dos imóveis.

Durante esses meses iniciais, foram disponibilizadas informações sobre a proposta do trabalho através da realização de duas entrevistas para o programa “Ruy Barbosa tem ação”,



transmitido pela rádio local, que teve como temas uma explanação sobre o plano de trabalho, suas propostas e linhas de ação e outra fala sobre a inovação da parceria com a UFBA.

Após esse período, foi elaborado instrumento técnico a ser utilizado como cadastro das famílias beneficiárias. Sendo que, o mesmo objetivou também o levantamento de dados para compor o diagnóstico comunitário. Esse cadastro foi realizado através de visita domiciliar a cada unidade de moradia, no caso de moradores ausentes, houve mais de uma tentativa de retorno, sendo que, aos não encontrados, foi deixado correspondência para que pudesse procurar a técnica responsável no CRAS às terças-feiras e realizar o procedimento. Esse instrumento compõe os anexos desse trabalho.

Nesse período, foram realizados os cadastros de 46 famílias e elaborado relatório, no qual, foram notificados, para a SMAS, os casos em que os moradores sinalizaram não haver ninguém morando no imóvel até aquele momento. Foram notificadas também algumas situações como as de parentes de beneficiários estarem residindo nos imóveis, tendo sido esclarecido os motivos dessa ocupação irregular, já que de acordo com as normas do programa, quem deve residir é a pessoa que foi contemplada com o imóvel.

Imagem 03- Realização dos Cadastros das Famílias



Fonte: Elaborado pela autora em 29-04-14

Nessa oportunidade foram encaminhadas as demandas da comunidade pela inserção em programas da SMAS como: famílias que solicitaram sua inserção no Projeto “Pão nosso de cada dia” e tiveram sua solicitação encaminhada para a técnica responsável por essa ação no CRAS. Além disso, no caso do tratamento da água para o consumo, as famílias que sinalizaram



não possuir filtro em casa, foram listadas, sendo que, essa relação foi entregue a profissional responsável por distribuir filtros, que são disponibilizados através de uma parceria firmada entre o Município e o Estado numa atuação das Voluntárias Sociais da Bahia. A mesma se responsabilizou por realizar a análise da viabilidade para que as famílias sejam atendidas.

É importante sinalizar que, nesse momento, foi relatado o movimento, que foi possível observar durante a realização dos cadastros, no sentido da existência casas que estão construindo extensões para as calçadas. Diante disso, e dos problemas estruturais recorrentes foi reforçada a necessidade de um acompanhamento constante da equipe de infraestrutura para esclarecer e orientar o movimento de reforma, construção de muros e cômodos que vem ocorrendo.

Imagem 04- Equipe de realização do cadastro



Fonte: Elaborado pela autora em 13-05-14

Com relação aos encaminhamentos feitos no sentido de formalizar a cooperação técnica foi enviada para a SMAS manifestação de interesse para formalizar o termo com o município, sendo que, a mesma foi aceita e assinada pela Secretária Municipal de Assistência Social, no dia 23 de abril. Após esse momento, foi enviada uma carta oficial ao curso de pós-graduação na qual a secretária confirmou o aceite da Manifestação de interesse e se posicionou reafirmando o compromisso em levar essa parceria adiante. Nesse momento, o Termo de Cooperação Técnica já foi elaborado de forma conjunta, com as Coordenadoras do curso, e foi encaminhado para assinaturas.



Imagem 05- Assinatura da Manifestação de Interesse



Fonte: Elaborado pela autora em 23-04-14

Terminada a realização dos cadastros chegou-se ao mês de junho com demanda de iniciar as reuniões com a comunidade. Porém, com a dinâmica desse período não seria possível contar com o apoio e estrutura Institucional, pois, a Prefeitura promove a trezena de Santo Antônio, que é padroeiro da Cidade, envolvendo toda sua estrutura no evento. Como o término desse período já se aproximava dos festejos do São João e com a chegada da Copa do Mundo não foi possível dar início as reuniões ainda no mês de junho. Diante dessa realidade, foi elaborado um segundo plano para esse período, então, o mesmo foi utilizado para mobilização de parcerias e apresentação da proposta de trabalho em órgãos estratégicos como o Setor de Infraestrutura.

De início houve dificuldades para um trabalho inter setorial, dado que, o acesso através do técnico social aos outros setores da administração municipal não foi devidamente articulado. Porém, mesmo sem essa interação inicial foi realizado um movimento no qual se buscou o acesso a esses contatos setoriais objetivando estabelecer um trabalho articulado. A partir de então, foi possível apresentar a proposta para engenheira do município, que disponibilizou alguns documentos sobre o terreno e se colocou à disposição para contatos posteriores e maiores informações.



Outra parceria importante que foi articulada nesse período, mobilizou o Centro Jovem São Jorge, instituição que trabalha com projetos voltados para o suporte educacional de crianças e adolescentes, através dos princípios da agricultura familiar e orgânica. Esse centro é mantido com verbas oriundas de doações de padrinhos, que moram fora do Brasil e atua numa parceria com a Escola Agrícola Mãe Jovina. Então, pelo fato de trabalhar com o desenvolvimento de hortas orgânicas, foi apresentada a proposta do plano de trabalho que consiste em estimular o desenvolvimento de uma horta comunitária mantida pelos moradores da Vila. Nesse sentido, foi solicitado o apoio de um técnico, que já trabalha no desenvolvimento e acompanhamento de hortas, para dar suporte no desenvolvimento dessa ideia, bem como para obtenção de informações referentes ao tipo de vegetação propícia ao clima da região. Com isso, foi levantada também a possibilidade do centro doar mudas para a construção de cercas vivas nos quintais das casas, de acordo com a mobilização de interesse dos moradores.

Imagem 06- Visita ao Centro Jovem São Jorge



Fonte: Elaborado pela autora em 27-05-14

Com o término do mês de junho e ainda no clima de copa do mundo a comunidade foi convidada para o início das reuniões através de um convite criativo, que se utilizou do clima dos jogos para tentar atrair o interesse dos moradores para a participação nesses encontros. O mesmo pode ser encontrado em anexo.

Assim, o primeiro encontro com a comunidade teve como objetivo apresentar a proposta de trabalho e realizar a escuta das necessidades e interesses dos moradores para, a partir desses elementos, estabelecer as ações do pós ocupação, baseadas nas prioridades da comunidade.



Com esse intuito, foi necessário pensar também numa proposta para ocupar as crianças que, geralmente acompanham os pais nessas reuniões, então, foi disponibilizado um espaço para as mesmas desenharem e/ou colorirem enquanto os pais interagem no grupo. Para esse momento foram convocados representantes de alguns setores municipais responsáveis pelas principais demandas, que já tinham sido apontadas na realização do cadastro, no intuito dos mesmos esclarecerem as dúvidas da comunidade e se posicionarem quanto aos questionamentos existentes.

Esse encontro que foi formatado como uma roda de escuta contou com a participação da Secretária Municipal de Assistência social, de Saúde e da Engenheira. Após a realização de dinâmicas de apresentação e integração foi apresentada a proposta do trabalho a ser desenvolvido esclarecendo os eixos que foram indicados no plano de trabalho como sendo estruturantes das ações. Nesse momento, foi ressaltada a importância da organização comunitária como estratégia de garantia de direitos nesse momento do pós-ocupação e apresentada algumas possibilidades de caminhos nessa trajetória como a construção da horta comunitária. A partir daí, foi aberta a roda para que fossem indicadas sugestões, a partir das necessidades da comunidade.

As demandas apontadas nas falas dos moradores destacaram as questões estruturais, a ausência do agente comunitário de saúde, a questão do lixo no entorno e de informações sobre a sistematização da coleta diária, da falta de segurança no local, da falta de emprego, de abusos relacionados a som alto e da presença de uso de drogas por alguns moradores.

Imagem 07- Primeira reunião



Fonte: Tonho Pereira em 09-07-14



Os representantes do poder público discorreram sobre a necessidade de ver a nova moradia também pelo lado positivo esclarecendo as dificuldades que a administração municipal teve para conseguir viabilizar a construção daquele conjunto de casas. A engenheira esclareceu as normas do que poderia ou não ser feito com relação as intervenções na casa, e se comprometeu com os reparos estruturais relacionados a falhas da empresa, e não aos que estão associados ao que chamou de “mau uso”, dessa forma a engenheira solicitou que os mesmos informassem para a assistente social todos os problemas para que esses fossem repassados ao setor de infraestrutura.

A Secretária de Saúde informou sobre o andamento das negociações que estão sendo realizadas com a representação dos agentes comunitários para designar um profissional para o acompanhamento das famílias, ressaltando as dificuldades encontradas nesse processo e solicitando a paciência dos moradores, pois, essa negociação já estava sendo resolvida. A Secretaria Municipal de Assistência Social esclareceu algumas dúvidas que surgiram a respeito do Programa Bolsa Família e no decorrer da reunião os participantes se dirigiram pessoalmente para fazer diversos tipos de solicitações.

Com relação aos problemas estruturais, mesmo já tendo sido realizado um levantamento inicial, foi agendado um retorno para atender as famílias que estavam relatando mais problemas, com o intuito de fazer o levantamento das demandas de cada casa e mandar a lista para a engenheira. Porém, apenas uma das moradoras esteve na data e local indicados para essa escuta. Então, foi entregue a lista de problemas que tinha sido entregue na SMAS para o setor de infraestrutura, acrescida da demanda da moradora.

Ressalta-se o desinteresse e descrença dos participantes das reuniões, reproduzindo questionamentos reflexos do sistema clientelista e paternalista instaurado no Brasil, as famílias questionaram que ganhos poderiam ter por participar das atividades e demandaram materiais de construções para intervenções particulares. Não houve cooperação para que todos ouvissem e falassem e com relação a proposta da horta comunitária e não houve adesão de nenhum morador naquele momento.

A partir dessa realidade constatada foram planejadas as duas próximas ações a serem desenvolvidas. A primeira reunião realizada foi seguida de um mutirão com o objetivo central de trabalhar a problemática do lixo.

A segunda reunião teve como temática: “o lixo: a questão transformada em possibilidade” e foi planejada para contar com três momentos. No primeiro o Secretário do Meio Ambiente iria esclarecer os dias estabelecidos pela empresa de limpeza urbana para a



coleta, a maneira correta de descartar o lixo para ser coletado e a importância de seguir essas orientações para que não ocorra a poluição do entorno devido à proximidade das casas com a Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Serra do Orobó. No segundo momento uma representante da Associação de Reciclagem faria a orientação de como separar material reciclável e daria início a uma mobilização de coleta a ser realizada junto às casas. Já no terceiro momento o técnico da horta comunitária apresentaria algumas experiências e modelos dessa iniciativa como estratégia de mobilização das famílias para uma tentativa de implementação. Porém, mesmo sendo mobilizada com antecedência essa reunião não contou com a participação do Secretário do Meio Ambiente, pois, na data, o mesmo estava numa viagem a Salvador; nem com a representante da reciclagem, que desmarcou sua participação próximo ao horário da realização do encontro por questão de saúde da sua filha.

Imagem 08- Segunda reunião



Fonte: Elaborado pela autora

Diante dessa realidade, na segunda reunião foi realizada a orientação sobre os dias de coleta do lixo, a maneira correta do descarte e apresentada a proposta de montar cercas vivas nas casas onde os muros não foram construídos, sem a presença dos profissionais citados. Houve algumas colocações como “as raízes vão comprometer a estrutura da casa”, “se for com espinhos vai furar as crianças”. Mas essas dúvidas foram esclarecidas com a fala do técnico do Centro Jovem que além de esclarecer sobre as possibilidades de como montar uma horta orgânica falou de experiências de cercas viva. Nessa dinâmica de apresentação um grupo ficou afastado conversando, mas a maioria das pessoas que estavam presentes prestou atenção e



esclareceram dúvidas. É importante destacar que por mais que o foco fosse a possibilidade de organização de uma horta coletiva alguns colocaram que tem interesse de montar no seu próprio quintal. Foram trabalhadas então as duas possibilidades, afirmando que enquanto fosse organizado o processo para montar a horta comunitária e que poderiam ser montadas experiências nos quintais dos interessados.

Por fim, foi feita a divulgação do mutirão como próxima atividade a ser realizada e a mobilização para que as famílias participassem desse momento. Foram realizadas também as inscrições dos interessados em formar o Grupo de trabalho da Horta Comunitária, no qual foram inscritas 12 pessoas, sendo que, dessas foram escolhidos 3 representantes para participar da escolha do terreno previsto para acontecer no dia do mutirão com a participação de representantes da vigilância sanitária.

Para a realização do mutirão foram mobilizadas a Secretaria Municipal de Saúde; do Meio Ambiente, de Infraestrutura, além da empresa responsável pela limpeza urbana. Nesse momento, foi informado o andamento e os esforços empenhados na negociação com a entidade representante dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para garantir a cobertura das famílias moradoras da Vila da Dignidade. Foi esclarecido também o fato de que o atendimento das famílias, mesmo sendo uma área ainda descoberta por agente comunitário, é de competência do posto de saúde mais próximo, nesse caso o Sóter de Jesus, situado no Bairro Dom Matias.

Nessa oportunidade, as representantes da Secretaria de Saúde se dispuseram a orientar as famílias a procurar essa unidade de saúde que é, de fato, responsável por atendê-los; e já indicaram a participação da equipe do Programa Saúde da Família, que atende no Sóter, na dinâmica do mutirão como forma de aproximar a população dos profissionais, que, a partir de então, passam a ser responsáveis pelo seu acompanhamento em saúde.

Ainda nessa fase de preparação, quando a engenheira foi contatada para a confirmação de sua presença no dia do mutirão, esta informou que usaria da oportunidade para derrubar a extensão irregular de uma das casas da Vila. A mesma argumentava que já havia sinalizado a irregularidade para a moradora por três vezes e que ia realizar essa ação como forma de dar exemplo para os outros moradores perceberem que aquele tipo de construção não era permitida. Explicitou que a obra ainda não havia passado por vistoria do Ministério das Cidades e que se essa fiscalização encontrasse aquele tipo de irregularidade outros projetos para construção de mais unidades habitacionais seriam inviabilizados, então que por conta de uma pessoa não poderia prejudicar toda a política de habitação do município. Nesse momento, foi solicitada que a mesma deixasse para realizar a ação em outro momento, preferencialmente dias após o



mutirão, pois uma ação como essa num momento destinado ao trabalho social poderia acabar com o mesmo desfazendo todo o vínculo que havia sido construído até aquele momento. Porém, no primeiro momento a engenheira manteve seu posicionamento. Em uma segunda conversa, com a presença do Secretário de Meio Ambiente, que foi o principal parceiro na organização do mutirão, foi novamente explicitada à engenheira os impactos negativos de uma ação, como a que ela estava planejando realizar, para os vínculos que o trabalho já havia construído com a comunidade. Então, a mesma concordou em separar as ações e realizar essa intervenção, que está relacionada ao acompanhamento da equipe de Infraestrutura, em outro momento.

O mutirão ocorreu no dia 01 de agosto, tendo como eixo central orientações relacionadas ao descarte do lixo e limpeza dos resíduos acumulados no entorno, o mesmo, foi também um momento de oferta de serviços e articulação de parcerias para o trabalho.

Imagem 09- Mutirão: limpeza do entorno



Fonte: elaborado pela autora

Enquanto a empresa de limpeza urbana trabalhava com suas máquinas na limpeza do entorno das casas a equipe de saúde atendia as famílias no stand que foi montado para recebê-las. Nessa oportunidade, foi realizada pesagem, vacinação, aferida pressão arterial, orientações quanto a diversos tipos de doenças no que tange a sua prevenção e tratamento além de encaminhamentos para a unidade de Saúde que é responsável por atender as demandas dos moradores do conjunto. A equipe dos Agentes de Endemias passou em todas as casas fazendo o levantamento de animais domésticos, vistorias para a prevenção de focos de Dengue e, além disso, a coleta de fezes e urina para a realização de exames com o intuito de elaborar um diagnóstico relacionado aos tipos de verminoses encontradas nas famílias. Uma equipe formada



por um representante do Trabalho Social, da associação de reciclagem local e da vigilância Sanitária realizou visita nas residências com uma ação de panfletagem socioeducativa.

Imagem 10- Mutirão: Stand Saúde



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa oportunidade foi utilizada para repassar os dias estabelecidos para a coleta, orientar sobre a melhor maneira e horário de colocar o lixo para fora de casa; a representante da reciclagem mobilizava a separação do material informando que eles estariam passando em dias opostos ao da coleta normal para buscar esses, já a vigilância disponibilizou material informativo sobre como se prevenir da Dengue, como identificar se a carne está saudável, informativo sobre medicamentos verdadeiros, lixo bem cuidado e cuidados com a água para consumo humano.

Na ação destinada à horta comunitária, foi realizada a escolha do terreno, para isso, contamos com a participação do parceiro, que já desenvolve hortas orgânicas num projeto social com crianças no Centro Jovem São Jorge, de 3 moradoras que fazem parte da comissão local, de um representante da Vigilância Sanitária, e dos colaboradores que nos foram apresentados nessa oportunidade do Mutirão, foram esses: professores e turma do curso de agroecologia do colégio estadual e o engenheiro agrônomo do município. Ficaram estabelecidas duas possibilidades de terrenos para a implantação da horta comunitária, sendo que, uma delas foi sinalizada como foco principal para a tentativa de viabilizar esse trabalho.

É importante sinalizar que a participação da Secretaria de Meio Ambiente ocorreu no suporte de todo o mutirão e que o Secretário reforçou as orientações de cuidado com preservação ambiental em fala realizada no carro de som que deu suporte a ação. A Engenheira,



representando a Secretaria de Infraestrutura, esteve presente realizando orientações individuais, ou seja, nas casas das famílias e, além disso, socializando informações mais gerais sobre espaçamento de calçadas, intervenções permitidas ou não e etc. em fala realizada no carro de som.

Imagem 11- Mutirão: Panfletagem Socioeducativa



Fonte: Elaborado pela autora.

Já no finalzinho do mutirão houve uma intervenção, no âmbito da educação e saúde, com as crianças, que depois de lancharem, assistiram a um teatro de bonecos elaborado pelos Agentes Comunitários de Saúde- ACS que visou a prevenção contra as verminoses.

De imediato a avaliação desse momento pelos envolvidos foi bastante positiva, no caso da equipe de saúde, foi sinalizado que crianças em atraso com relação a vacinação tomaram várias doses, quantas foram possíveis, pois, existiram casos em que não foram aplicadas mais vacinas devido ao fato de todas as possibilidades de músculos para injetar terem sido utilizadas.

No caso do trabalho social, esse momento foi muito importante, pois além de cumprir seu objetivo principal relacionado ao lixo, se tornou uma ação inter setorial que promoveu o acesso da população a diversos serviços, socializou informações e ampliou a rede de contatos para a continuidade do trabalho.

Após período de sistematização de dados, avaliações e articulações visando já a proposta do projeto final das Residentes, foi realizada uma nova visita a Vila para coleta de informações urbanísticas e topográficas, bem como novo contato com os moradores da Vila, neste momento foi marcada uma nova reunião. Nesse encontro, que contou com um número restrito de



moradores, foi realizada uma roda de escuta na qual foram apresentadas as ideias das propostas para o trabalho final e arguida ideias e opiniões acerca deles. Neste momento os moradores presentes apresentaram pontos importantes na formação do trabalho social e urbanístico, apresentando paralelamente sempre questionamentos pessoais acerca de suas residências.

Imagem 12- Roda de escuta com Moradoras.



Fonte: Elaborada pela autora.

Nos últimos dias o trabalho se voltou para a sistematização final de todos os dados e busca de uma proposta para agregar uma intervenção de pós-ocupação urbanística integrada ao trabalho social.

É importante destacar que o trabalho de articulação com as políticas Setoriais e Entidades é contínuo e que uma das últimas realizada envolveu a Pastoral da Criança que está atuando na localidade e a central de marcação de exames do município numa ponte de diálogo que tem proporcionado a reserva de um número de vagas para os moradores, sendo, a mobilização da Pastoral, responsável por coletar a demanda e articular a marcação, já que, ainda não foi destinada uma ACS para cobrir a área.

3-Diagnósticos, resultados preliminares e contexto para delimitação da proposta

3.1- Macroárea

A cidade Ruy Barbosa surgiu a partir da penetração de bandeirantes paulistas na área originalmente ocupada por indígenas, que foram expulsos da Serra do Orobó através de ações



planejadas na base de operações que foi fixada na cidade de Cachoeira no ano de 1961. Esse processo foi estimulado pela Carta Régia de 1701 na medida em que estabeleceu a distância de mais de dez léguas da costa para a criação de gado gerando um vetor de desenvolvimento da pecuária para as regiões do sertão.

Diante disso, essas terras passaram a ser procuradas para a instauração da criação de gado. Com o passar do tempo essa região foi sendo dividida em sesmarias que mais tarde se tornariam fazendas. As mesmas passaram por uma sucessão de heranças e vendas de modo que as terras da fazenda Brejo Grande da Serra do Orobó passaram a pertencer ao Capitão Inácio de Araújo Pinto. Foi esse senhor juntamente com seus irmãos que deram início a construção de uma capela localizada na Praça Castro Cincurá esse movimento de evolução da fazenda fez com que a mesma se tornasse um ponto de pouso para os viajantes que passavam em busca das lavras diamantinas situadas próximas a essa região. Diante disso, a fazenda Orobó Grande, como passou a ser chamada, se tornou uma rancharia, em torno da qual, surgiu um pequeno povoado com esse nome. Nesse sentido, A Lei provincial nº 2 476, de 26 de agosto de 1884 transformou essa localidade em distrito de paz que recebeu a denominação de Santo Antônio dos Viajantes do Orobó Grande e pertencia ao território de Itaberaba.

Mais tarde, a Lei estadual nº. 022-A, de 25 de junho de 1914, desmembra esse território e cria o município de Orobó que vem a ser instaurado em 6 de outubro desse ano. Somente em agosto de 1922 é que essa localidade recebe o nome de Ruy Barbosa em homenagem a esse grande jurista. Nesse momento se consolida a cidade de Ruy Barbosa sendo composta por 3 distritos, são eles: o da sede, Morro das Flores e Tapiraípe¹.

Esse Município tem altitude de 368 metros estando a uma distância de 326 km da capital do estado, Salvador, sendo sua acessibilidade feita principalmente por meio de uma rede de estradas federais e estaduais. O mesmo é situado aos pés da Serra do Orobó, que tem 950 metros e é utilizada como rampa de asa delta e roteiro de ecoturismo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população estimada em 2014 correspondeu a 31.780 habitantes sendo que, atualmente o território municipal conta com os distritos de Morro das Flores e Tapiraípe e os povoados do Riacho Dantas, Zuca, Santa Clara, Caldeirão do Morro, Colobró, Barbado, Humaitá e assentamento Poço Longe. Essa cidade pertence à microrregião de Itaberaba e a mesorregião do centro norte

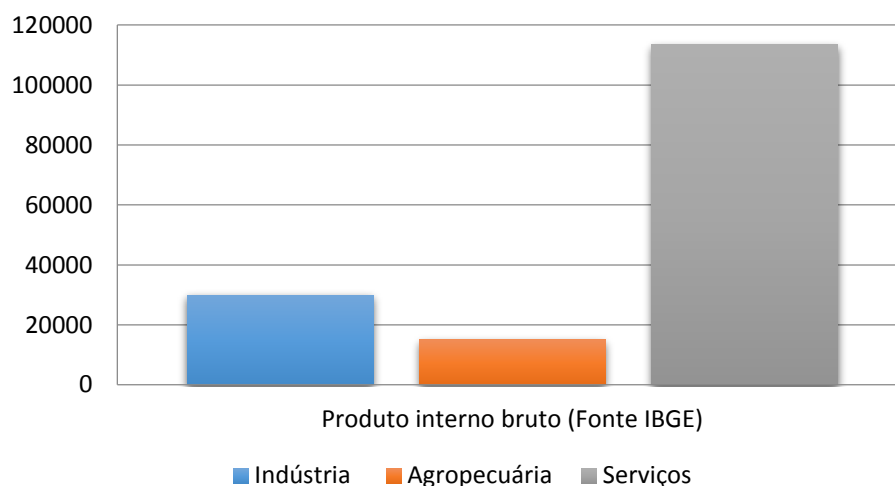
¹ Fonte: IBGE. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=260familias92720&search=bahialruy-barbosa|infograficos:-historico>. Acesso em: 21/02/2014.



baiano sendo integrante do território de identidade Piemonte do Paraguaçu, a cidade possui uma área de aproximadamente 2.171,509 Km², clima semiárido e uma densidade demográfica de 13,76 habitantes por Km².

De acordo com o Plano Local de Habitação de Interesse Social- PLHIS, com relação à situação socioeconômica do município, a economia é representada principalmente por serviços, seguida da indústria e agropecuária, sendo a última identificada pela presença de pequenas propriedades rurais, onde a principal fonte de renda é a agricultura com o cultivo de feijão e milho, dentre outros; e a pecuária, tendo como principal rebanho o bovino, através da criação de gado de corte e de leite, salienta-se a importância de programas de gestão e políticas neste setor, ainda não potencializados. Apesar da grande representatividade da atividade comercial ainda é possível perceber a procura por apoio em cidades da região.

Gráfico 01- Produto Interno Bruto



No que se refere aos equipamentos urbanos, percebe-se que o centro possui desenvolvimento bem divergente com relação às regiões periféricas e rurais, podendo se observar praças (cerca de nove praças e mais três propostas), hospital, postos, bancos, mercados, comércio e serviços em geral, seguindo o padrão de desenvolvimento das cidades brasileiras onde os bairros mais distantes do centro apresentam grande carência de equipamentos públicos, bem como de arborização. É válido salientar que não existe transporte urbano no município, a locomoção é feita através de moto-táxi, carro particular, bicicleta ou a pé. É a região central também a mais bem servida de infraestrutura, possuindo pavimentação, esgotamento sanitário, água e energia elétrica de forma mais abrangente.

A cidade não possui cobertura natural, demonstrando diversas áreas que não atendem adequadamente padrões de conforto, agravando o desconforto causado pelo clima quente e



úmido. A prefeitura vem desenvolvendo propostas para diminuir a evidente situação, propostas que demandam um esforço coletivo de educação ambiental e preservação.

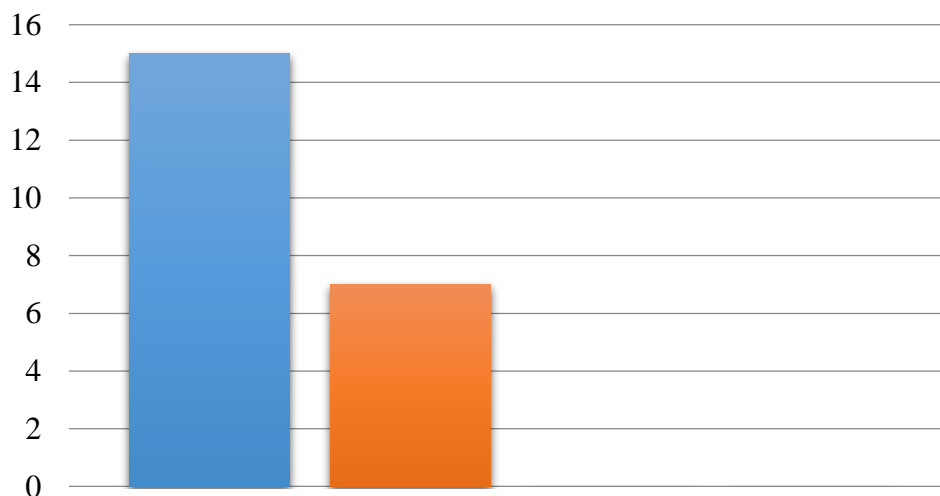
Com relação a estrutura da prefeitura não há uma organização responsável diretamente pelo desenvolvimento da área que envolve habitação de interesse social. Porém, o setor de infraestrutura do município se mostra parceiro no esforço de assistência dessa produção habitacional. Outra secretaria que deve ser citada é a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) que promove ações voltadas para uma política de equidade, inclusão social, promoção da cidadania e respeito à dignidade da pessoa humana e, além disso, tem assumido a parte de cadastro e seleção das famílias a serem beneficiadas pelos programas habitacionais. Diante disso, é importante citar algumas das estruturas de apoio para o desenvolvimento dessa política pública, no âmbito local:

- Centro de Referência da Assistência Social CRAS (02 unidades: Sede e Tapiraípe);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV de 06 a 15 anos (01 unidade);
- SCFV (antigo Projovem) 15 a 17(01 unidade);
- Um Infocentro, que tem como principal objetivo combater a exclusão digital;
- Centro de Qualificação Artesanal – Mauá, principal objetivo qualificação profissional e a inserção ao mercado de trabalho;
- Padaria Comunitária;
- Escola de Artesanato Mineral que tem como objetivo promover a profissionalização especializada;
- Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);
- Centro de convivência do Idoso;
- Casa Lar Amanda Oliveira Costa- Esse Serviço de Acolhimento Institucional é destinado para crianças e adolescentes de ambos os sexos.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica-IBGE 2012, esse Município conta também com 15 estabelecimentos de saúde públicos, 07 estabelecimentos públicos privados, 85 fundações privadas e associações sem fins lucrativos, 43 escolas públicas de ensino fundamental, dois de ensino médio e 34 escolas de nível pré-escolar.



Gráfico 02- Estabelecimentos de saúde Municipais



Fonte: PLHIS

A cidade aponta índice de pobreza de aproximadamente 48%, segundo dados do IBGE 2010, unido a isso e disponibilizado pela prefeitura existem alguns dados usados para os cálculos de déficit habitacional, onde são apresentadas as características dos domicílios localizados na sede do município, os dados são de 2011, mas demonstram uma configuração que pouco se alterou nos últimos anos:

Quadro 01- Caracterização dos domicílios

Domicílios rústicos	651 unidades
Domicílios inadequados	1154 unidades
Coabitação familiar	433 unidades
Lotes vazios	352 unidades
Casas em construção	190 unidades

Fonte: PLHIS

Portando, é diante desse contexto municipal que foi produzido um conjunto de casas no bairro Dom Mathias, no qual residem o público alvo desse Projeto. Sendo assim, os mesmos serão caracterizados a seguir.

3.2- Microárea

O bairro Dom Mathias é proveniente de terras cedidas pela Igreja Católica, levando o nome do clérigo responsável pela iniciativa. Essas terras foram loteadas e doadas para população de baixa renda, em média 1 salário mínimo, inscrita no cadastro da igreja.

As casas têm padrão habitacional comum a regiões da cidade, tendo sido construídas com materiais doados e mutirões. O loteamento tem ruas principais largas e ruas transversais



com caixa de 3,50 metros. Os lotes são pequenos, possuindo poucos lotes adequados aos padrões legislativos da cidade. A igreja e prefeitura através de acordo vêm concedendo títulos de posse para regularizar a titularidade dos lotes.

Na área mais antiga do bairro existe rede geral de água, luz e rede de esgoto, pavimentação na maior parte das ruas, porém nos loteamentos recentes essa infraestrutura é ainda muito deficiente, apresentando poucas ruas com pavimentação, iluminação precária, poucos equipamentos públicos e comerciais. Na área já urbanizada do bairro não existem espaços para construção de equipamentos urbanos ou praças existindo tão somente a Igreja com área verde. Vale salientar a falta de arborização do bairro, sendo uma região de grande insolação e desconforto.

No bairro existem hoje alguns equipamentos de destaque, são eles: um local para internamento de pessoas com deficiências físicas e mentais mantido pela Igreja; a creche pré-infância para 120 crianças com recursos do FNDE; a sede própria do CREAS, em construção. Existe ainda uma área destinada à construção da APAE, e de praças na área de expansão do bairro. No entorno é importante citar a existência da Associação Menina mulher.

O bairro de forma geral possui pouca infraestrutura sendo essencial o deslocamento a região central da cidade para suprir as demandas existentes pela população.

3.3- A Vila

A Vila da Dignidade, assim intitulada pela administração municipal, é constituída de 60 unidades habitacionais oriundas de recursos do Plano de Aceleração do Crescimento- PAC I. Com rede de água, luz e rede de esgoto composta de fossas ligadas a uma fossa maior que tem destino final em um riacho próximo a região.

O terreno no qual as casas foram construídas foi cedido pela Igreja, nesse mesmo terreno há uma creche e ainda serão instaladas 80 unidades habitacionais financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida- PMCMV para os funcionários municipais efetivos, um Centro de Referência Especializado em Assistência Social- CREAS, já em construção, e uma Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE.

As 60 famílias beneficiadas viviam em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade social, visto que os beneficiários moravam em domicílios improvisados (de taipa, sem saneamento básico, rede de energia elétrica, esgoto nem água encanada), que muitas vezes não o pertencia, ou seja, se destinou a pessoas que não tinham onde morar ou moravam em péssimas



condições. Essa ação faz parte do programa Moradia Digna com recursos do PMCMV e teve como agente operador a Família Paulista crédito Imobiliário S/A.

As casas têm área padrão de 37,44m², sendo compostas de dois quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda e área de serviço. As ruas do empreendimento possuem pavimentação em paralelepípedo. A distância do loteamento até a área central da cidade é de aproximadamente 1250 metros, sendo esse percurso composto de pouca arborização.

As residências foram entregues aos contemplados, no dia 15 de fevereiro e foi estabelecido pela gestão municipal o prazo de 30 dias para as famílias realizarem a mudança para os imóveis entregues. O fato dessa produção, ser o primeiro projeto realizado pela gestão municipal, no âmbito da habitação, gerou algumas dificuldades, devido à falta de experiência, nessa área.

Nesse contexto é que o trabalho será desenvolvido, no âmbito da primeira entrega de unidades habitacionais realizada através das novas diretrizes da política de habitação nacional.

4- Os resultados obtidos para a definição dos Projetos específicos

4.1-Perfil Dos Moradores

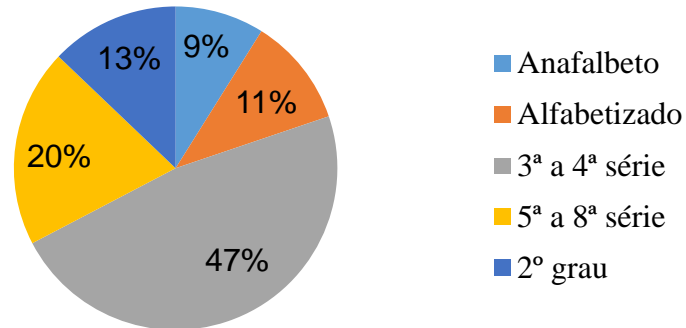
Essa caracterização está baseada nos dados coletados através da realização do cadastro das famílias moradoras do Conjunto. Nessa oportunidade, foram realizadas visitas em todas as casas, porém, nas tentativas de aplicação desse instrumento, algumas famílias não foram encontradas. Diante disso, das 60 famílias moradoras do conjunto foram cadastradas 46. Nesse conjunto foi levantado um total de 225 moradores, sendo que, a maioria desses são crianças e jovens, pois o número da população de 0 a 17 anos corresponde a 134 enquanto que os maiores de 18 anos somaram apenas 91 moradores.

O nível de escolaridade indicou que 48% dos moradores que realizaram o cadastro estudou até o 4º ano do Fundamental I como especifica o gráfico abaixo:



Gráfico 03

Nível de instrução escolar

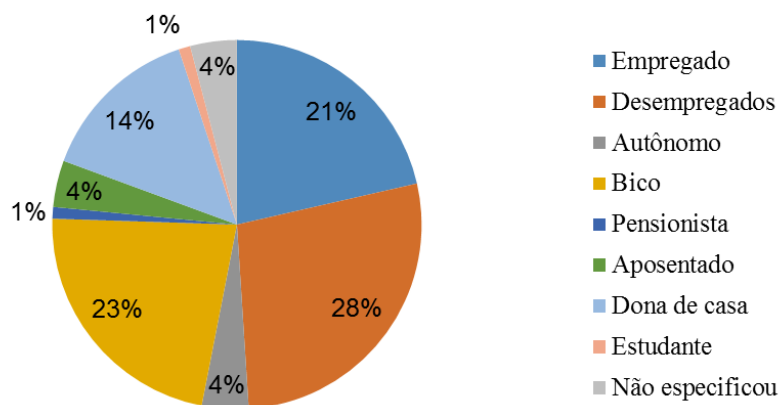


Fonte: Elaborado pela autora

Com relação a situação ocupacional dos adultos pode-se perceber que a predominância é o desemprego, pois 27% estão nessa situação. Essa realidade se agrava quando esse percentual é somado ao que indica a inserção precária no mercado informal de trabalho, correspondente a 22% atuando com a realização de trabalhos pontuais, ou seja, bicos e 4% sendo autônomos. Desse modo, são 53% dos adultos em situação de desemprego e subemprego como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 04

Situação ocupacional dos maiores de 18 anos



Fonte: Elaborado pela autora

No que se refere ao número de pessoas que moram em cada domicílio é predominante a presença de, até cinco pessoas, na composição familiar. Porém, foi encontrado em 15 das 46 casas cadastradas um número maior de moradores, ou seja, cerca de 33% dos imóveis abrigam mais de 5 pessoas indicando um adensamento excessivo ao que o imóvel comporta.



A presença de pessoa com deficiência foi indicada em 05 famílias, já a pessoa idosa faz parte de 4 grupos familiares. Com relação as atividades de lazer e cultural, em 72% dos domicílios os moradores não tem acesso, assim como, em 87% foi indicada a inexistência de atividades comunitárias como festas locais, campeonatos etc. Os 13% restante sinalizaram a ida de alguns moradores para um campo de futebol, ao lado das casas, como atividade de lazer.

Com relação aos serviços, foi indicado que 63% das famílias não estavam tendo acesso a acompanhamento médico e os 35% que acessavam tinha que se deslocar para as unidades de saúde onde eram acompanhadas anteriormente, localizadas, muitas vezes, em bairros distantes. Já a coleta de lixo foi indicada por 96% dos domicílios como normal, lembrando que nesse momento a população ainda não tinha orientações concretas sobre dias e horários da coleta local.

Quando questionados sobre os aspectos positivos de estarem morando na nova casa os fatores mais apontados foram sair do aluguel e morar num imóvel próprio, poucas pessoas apontaram aspectos negativos e os que sinalizaram indicaram o fato de não ter piso, muro, de ser num local afastado e de insegurança.

É importante destacar que 96% das beneficiárias do programa são mulheres e que as mesmas, na maioria das vezes, assumem o papel de mantenedoras nas famílias cadastradas. Outro dado a ser destacado é o quesito raça-cor que, com base na auto definição do informante, foi possível identificar que na maioria dos cadastros os mesmos se declararam como pardos (24) ou negros (15), sendo que apenas (6) se consideraram brancos.

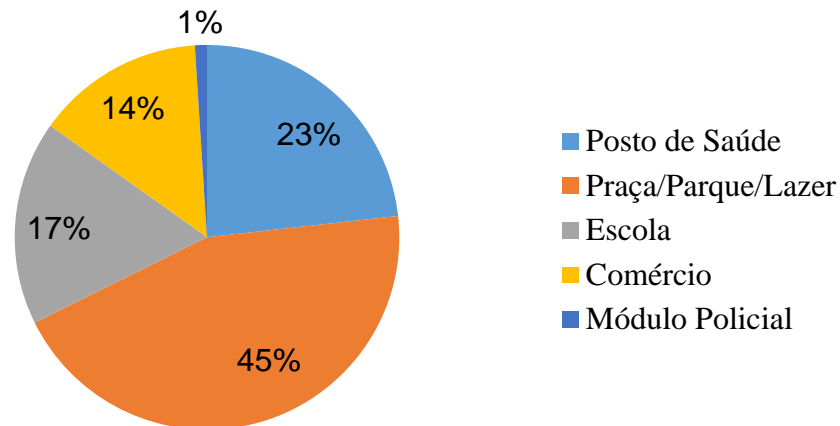
A cobertura do Programa Bolsa Família é total nos cadastros realizados e muitos desses grupos familiares têm como única fonte de recursos financeiros a quantia recebida através dessa ação de transferência de renda. Diante dessa realidade, foi possível notar que 48% das famílias não possuem nenhuma fonte de renda, 37,7% possui renda per capita menor que um $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, sendo essa, maior que essa média, em apenas 13,3% dos casos.

No que diz respeito ao levantamento realizado através desse cadastro, quanto ao que as famílias consideram como sendo prioridade para ser construído no entorno, o que foi apontado em maioria foi a criação de espaços de lazer como praças, parques, áreas de convivência etc., como demonstra o gráfico abaixo:



Gráfico 05

O que deve ser construído no entorno



Fonte: Elaborado pela Autora

Além dos dados das demandas dos cadastros, durante outras reuniões foram levantadas demandas e ideias para a localidade, quais sejam ela:

- Segurança pública;
- Iluminação;
- Pertencimento ao Local;
- Espaço para reuniões e eventos da comunidade;
- Lixeiras para separação de resíduos recicláveis;
- Arborização e áreas verdes (5 tons de verde);
- Áreas para exercícios e caminhada;
- Comércio / Box comerciais.

Diante disso, a intervenção proposta pela atuação da RAU+E pretende se basear nas diretrizes apontadas pelas famílias, que indicaram as necessidades com base no que vivenciam nessa realidade.

5- Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento das próximas etapas previstas para desenvolvimento e implantação do projeto

5.1- Objetivo Geral

Promover o desenvolvimento comunitário através do estímulo à criação de uma organização social, que construa coletivamente uma possibilidade de geração de renda e represente as demandas locais na busca pela efetivação do direito à cidade.



5.2-Objetivos específicos

- Estimular o surgimento de uma iniciativa de organização comunitária;
- Promover formações sobre os princípios da economia solidária;
- Desenvolver ações de educação ambiental e patrimonial através da criação de um grupo que se utilize da arte-educação e de práticas esportivas para trabalhar essas temáticas

5.3 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva, conceitos adotados na Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições do projeto

Esse projeto é resultado do trabalho desenvolvido no curso de especialização em Residência Técnica em habitação e direito à cidade que, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência social- SMAS, possibilitou ações de pós-ocupação que foram necessárias para o conhecimento da realidade local. Num primeiro momento, iniciado em fevereiro de 2014, as residentes desenvolveram atividades que buscaram, principalmente, a escuta da população local sobre suas demandas e sugestões de melhorias. Através da realização de entrevistas, reuniões e oficinas foram levantados elementos para a elaboração dessa proposta que visa contribuir com a sustentabilidade do empreendimento possibilitando uma melhoria na qualidade de vida da população local. Diante dessa realidade, pode-se perceber que o trabalho aqui sugerido foi idealizado de forma participativa e incorpora elementos sugeridos pela população local.

Essa iniciativa é inovadora, tendo como característica preponderante o pioneirismo. Já que, se desenvolve no primeiro empreendimento do PMCMV entregue no município e é fruto da atuação em campo da primeira turma da Residência Técnica (RAU+E). Esse curso, recém implementado na UFBA, assumiu o compromisso de formar profissionais capacitados para intervir na realidade das cidades brasileiras e vem se tornando referência para outras universidades nacionais. Além disso, dentre os trabalhos realizados, dentro do curso, essa foi a única vivência desenvolvida num município do interior do Estado.

É importante destacar que a proposta aqui desenvolvida vai lidar com a realidade de um empreendimento que foi resultado de demanda aberta, ou seja, da livre inscrição no programa, sem que haja definição de restrição por cotas ou território. Segundo Mota(2014)² isso ocorre quando as diretrizes do PMCMV prevê, dentre outras coisas, a seleção de famílias com identidades territoriais diversas, que geralmente passam a morar na mesma área.

² Material didático referente ao capítulo 9 do curso Trabalho Social em Habitação de Interesse Social desenvolvido através de uma parceria entre Ministério das Cidades e Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: http://cidades.nute.ufsc.br/ebook/modulo3_cap9/projeto-de-trabalho-social-de-intervencoes-destinadas-a-demanda-aberta.html. Acesso em 12-07-14.



Desse modo, o trabalho proposto pretende atuar nas especificidades desse tipo de intervenção habitacional que atualmente apresenta a realidade indicada por essa autora quando sinaliza que:

[...]alguns problemas referidos à manutenção das intervenções assim como à vivência coletiva como um todo têm apontado para alguns desafios a serem superados: os mecanismos de exclusão do macroambiente urbano; a diversidade de origens das famílias assentadas; a adoção quase que massiva de uma única tipologia residencial (multifamiliar); a incidência de fatores de agravamento dos conflitos sociais, tais como a violência urbana, o tráfico de drogas, a marginalização, o baixo poder aquisitivo das famílias e as dificuldades inerentes à efetivação de atuações intersetoriais, visando à integralização das políticas públicas.(MOTA, 2014)

Diante do exposto, e das questões e demandas colocadas pela população esse trabalho pretende desenvolver três eixos de ações visando o desenvolvimento comunitário e a melhoria da qualidade de vida da população local, são eles:

- 1-Mobilização, Organização e Fortalecimento social
- 2-Educação Ambiental e Patrimonial
- 3- Desenvolvimento Socioeconômico

Para desenvolver as ações aqui propostas tomou-se como referência, considerando a diferença de dimensões e recursos uma experiência semelhante a que vem sendo realizado com o Empreendimento Residencial Bosque das Bromélias que é composto por 06 (seis) conjuntos habitacionais, e está localizado no município de Salvador, nos limites com o município vizinho, Lauro de Freitas. A área na qual o empreendimento está situado, por tratar-se de uma região ainda em construção, está fora do perímetro urbano do município, o que dificulta o acesso da população a serviços básicos. Essa região apresenta várias demandas para o trabalho social, nesse sentido, foi aprovada a contratação de projeto social pela Caixa Econômica Federal a ser desenvolvido na fase de pós- ocupação. As instituições envolvidas na execução desse trabalho é Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) da Escola de Administração da UFBA e O Núcleo de Pesquisa e Extensão em Habitação Popular- THABA da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e o objetivo geral dessa intervenção consiste em:

³Planejar e desenvolver ações de desenvolvimento integrado sustentável para o Residencial Bosque das Bromélias a partir de uma estratégia de formação de gestores locais e do desenvolvimento de competências profissionais visando integração nos mundos do trabalho abrangendo as áreas de saúde, ambiente, cultura, comunicação, esporte, lazer e formação técnica profissional, aderentes a estratégia DIST da Caixa Econômica Federal.

³ Informações disponibilizadas em slides informativos sobre o projeto.



Portanto, diante desse contexto, pode-se indicar como possibilidades de financiamento dessa proposta, além de recursos próprios do poder público municipal, a linha de financiamento da Caixa Econômica Federal que é disponibilizada através da Estratégia de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios-DIST, prevista no Plano de Aplicação do Fundo sustentável da Caixa e definida por representante institucional⁴ como uma ação que tem o “ objetivo de estimular o desenvolvimento integrado e sustentável nas dimensões econômicas, social, ambiental, cultural e política”. Como essa linha estratégica vem sendo desenvolvida em áreas de empreendimentos com habitação popular, respeitando as peculiaridades de cada realidade, e assumindo também como objetivo a garantia de condições para que a comunidade possa se desenvolver, então, a mesma se torna a linha de financiamento mais indicada para essa proposta.

Desse modo, é importante destacar que o agente proponente dessa proposta, sendo mais recomendável que seja a SMAS, deve estar atento para o critérios, abertura e prazos do edital, que é disponibilizado no site da Instituição financiadora.

5.4-Metodologia

Antes de começar a descrever o processo metodológico a ser desenvolvido é necessário ressaltar que metodologias de trabalho social são necessariamente participativas e que não é possível avançar na intervenção sem a proximidade dialética entre teoria e prática, a qual proporciona processos criativos de inovação, à medida em que se desenvolve num movimento entre pensar, desenvolver a ação e voltar a pensar sobre a mesma.

Para adotar essa perspectiva é necessário acreditar no potencial participativo da população, que com seus repertórios de vida e de cidade podem contribuir e guiar as ações a serem desenvolvidas. Desse modo, a visão aqui desenvolvida reconhece o valor dos saberes populares, que são essenciais no desenvolvimento de ações e projetos envolvendo a dinâmica de vida dessa população. Esse entendimento vai nortear o trabalho a ser desenvolvido, que deve:

[...]buscar garantir a participação durante todo o processo, o que implica em: Acesso às informações; Discussão dos projetos; Participação nas decisões sobre os diferentes projetos; Controle e fiscalização das ações públicas; Explicitação de conflitos e diferenças; Negociação e pactuação de interesses coletivos. (PAZ e TABOADA, 2010, p.74)

⁴ Em matéria disponível em:

<http://www20.caixa.gov.br/Paginas/Noticias/Noticia/Default.aspx?newsID=1444>. Acesso em 21-11-14



Esse processo de trabalho assume como área de abrangência a macroárea, ou seja, não se limita apenas a microárea, na qual o empreendimento está instalado se estendendo ao espaço no qual se dá a integração territorial dos moradores, que ocupam um novo espaço.

A metodologia aqui desenvolvida tem como processo chave para desenvolvimento das ações os elementos da comunicação e articulação. O primeiro como aspecto fundamental para acolhimento e construção de vínculos com os indivíduos e famílias atendidas e como base para promover o engajamento e mobilização comunitária; e o segundo como absolutamente necessário para conjugar e integrar a população-alvo a uma cadeia de programas e serviços complementares.

Essa articulação será desenvolvida com os serviços que envolvem o Estado, a sociedade civil e o mercado, que é um vetor necessário para promover o acesso ao trabalho, passo necessário à emancipação e inserção social.

A indicação de Paz e Taboada (2010), quando afirmam ser necessário, para o trabalho social realizado na política habitacional, utilizar a intersetorialidade como elemento central a ser desenvolvido nas suas metodologias, é fundamental para considerar que essa perspectiva vai assumir um lugar de destaque nessa intervenção. Nesse sentido, é necessário destacar que a intersetorialidade na gestão pública é aqui entendida como sendo a “articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas, visando o desenvolvimento social, superando a exclusão social” (Junqueira e Inojosa, 1997, p. 24).

Com relação a estes aspectos, essa intervenção vai utilizar os recursos de parcerias para desenvolver ações no sentido da melhoria do espaço físico, da promoção de uma urbanização sustentável e da possibilidade de uma intervenção que relacione educação ambiental e geração de renda.

É importante destacar que, essa intervenção está atrelada as ações que serão realizadas no traçado urbanístico proposto pela arquiteta, Gisele Fraga, parceira no trabalho de pós ocupação realizado até o momento, ligado a RAU+E UFBA. Por isso, em alguns momentos da metodologia descrita a seguir as ações previstas em ambos projetos dialogam.

Diante disso, a primeira etapa desse projeto compreende o momento de articulação para viabilizar o financiamento das ações aqui previstas e a efetivação das parcerias indicadas. O tempo mínimo indicado no cronograma de atividades para a realização dessa fase corresponde a dois meses. Porém é importante destacar que não havendo a possibilidade de financiamento



com recursos próprios e partindo para a submissão em edital, o tempo necessário para os procedimentos e prazos podem ser maiores. Desse modo, o início da segunda etapa depende da confirmação dos recursos financeiros a serem aplicados.

As atividades desenvolvidas nesse momento compreendem uma apresentação do diagnóstico elaborado e dos projetos propostos para a comunidade e o poder público, realização de revisões necessárias, análise das formas de financiamento apontadas para o andamento da proposta, escolha do caminho mais viável para obter os recursos necessários e assinaturas de termos de parcerias. É importante indicar que se apontam como possibilidades a utilização de recursos próprios do poder público municipal ou a submissão da proposta ao edital da estratégia DIST Caixa e que a proposta aqui desenvolvida busca indicar a maior parte das ações sendo viabilizadas através de parcerias para diminuir o custo do Projeto. Confirmado o financiamento e parcerias a segunda etapa vai ter início com a divulgação nas mídias municipais do início do Projeto e da abertura das inscrições.

Nessa fase, as ações serão desenvolvidas com dois grupos, separados por faixa etária, nos quais serão abordados os eixos direcionadores do projeto. Desse modo, com o objetivo de contemplar o eixo 2 que compreende a Educação Ambiental e Patrimonial serão desenvolvidas atividades no:

Grupo 1- com o público-alvo formado por crianças e jovens de 7 a 17 anos vão ocorrer encontros semanais com duração de 2 horas nos quais serão trabalhados temas relacionados a esse eixo de maneira transversal a práticas esportivas, tendo como atividade principal a capoeira. Quando as atividades envolverem apenas a prática da capoeira, serão realizadas dois dias na semana, com duração de duas horas. Porém, quando forem planejadas atividades como caminhadas, futebol, etc, que exigem utilizar espaços externos, um dos encontros será deslocado para o final de semana.

Essa ação pretende formar Agentes Ambientais Jovens, para que possam se multiplicar na família e na comunidade os valores e ações de cuidado tanto com a natureza do entorno, já que as casas estão próximas da Serra do Orobó, considerada uma Área de Relevante Interesse Ecológico-ARIE, quanto com o ambiente construído do conjunto e da cidade. Para isso, em cada mês será trabalhado um tema atrelado as atividades práticas, a princípio:

- Identidade local e do grupo (definir nome do grupo, acordos e compromissos)
- Resgate histórico (conhecer o processo de formação da cidade e do conjunto)



- Planejando o Futuro (pensar em como gostariam que estivesse a realidade que vivem nos próximos 10 anos)
- O grito da Serra (conhecer para aprender a cuidar da grande vizinha)
- O Lixo (reciclar uma forma possível de descartar)
- Geração Saúde (por que cuidar do ambiente para ser saudável?)
- Cuidando do que é nosso (a necessidade do cuidado com os bens públicos para o lazer da juventude)
- Jovem Agente, Realidade diferente (pensar o futuro e assumir tarefas: um atleta das olimpíadas por um mundo melhor.

Esses temas serão desenvolvidos durante o mês através da realização de oficinas de curta duração, mescladas às práticas das atividades esportivas, que podem utilizar recursos como, roda de bate-papo, cine-debates, caminhada ecológicas, dentre outros.

É importante sinalizar que a proposta de ação descrita acima é uma das que interagem com o traçado urbanístico, pois quando sinaliza também a realização de atividades em espaços públicos e comunitários que possibilitem encontros, rodas de capoeira, partidas de futebol, caminhadas, etc, indica a necessidade de existência desses espaços no entorno. Sendo assim, dialoga com o traçado urbanístico demandando a necessidade de que tais espaços sejam pensados como possíveis áreas para realização das atividades do projeto social aqui proposto. Porém, é importante indicar que, caso o projeto social precise ser desenvolvido antes da concretização desses espaços, serão utilizadas outras possibilidades viáveis na microárea, como quadras escolares, sede da associação Menina Mulher, dentre outros, através do estabelecimento de parcerias.

Ainda nessa fase, os eixos que envolvem Mobilização, Organização e Fortalecimento social e Desenvolvimento Socioeconômico vão se desenvolver nas atividades correspondentes ao:

Grupo 2- que será composto por pessoas com idade a partir dos 18 anos e vai trabalhar atividades desenvolvidas em encontros realizados quinzenalmente com duração de 3 horas e horário de início previsto para 18 hs. Os temas relacionados a esses eixos serão abordados mensalmente envolvendo metodologias integrativas para trabalho com comunidade como uma alternativa possível de ser executada através de rodas de escuta e conversas, jogos, oficinas, reconhecimento de vivências, palestras, debates, reuniões, assembleias, formações etc, Estas



vivências, que buscam a troca de saberes para o fortalecimento comunitário, tem como indicação as seguintes linhas temáticas:

- Identidade local (resgatar a história local para pensar a vila atual e a que desejam para o futuro e estabelecimento dos acordos e compromissos do grupo)
- Organização Social (formação sobre passos necessários e vantagens de ter uma associação desenvolvida em parceria com a Secretaria de Agricultura que disponibiliza um técnico desenvolver esse curso)
- Mobilizando a Associação (assessoria na realização de assembleia, elaboração de documentos e processos burocráticos para formalizar a associação)
- Construção de Laços e o poder da Transformação (Experiências comunitárias que deram certo e os efeitos nas comunidades que se unem de forma organizada)
- Economia solidária (formação sobre princípio e fundamentos esclarecendo os passos fundamentais para a criação de um empreendimento solidário de sucesso através do estabelecimento de parceria com o Programa Vida Melhor da Secretaria Estadual de Trabalho emprego e Renda-SETRE com uma ação do Centro Público de Economia Solidaria- CESOL⁵ Estadual)
- Empreender coletivo (escolha da área e desenvolvimento dos passos necessários para a criação de uma possibilidade de geração de renda na realidade local com base nos princípios aprendidos)
- Tarefas divididas, produção garantida (organização e divisão de responsabilidades no empreendimento criado)
- Associação que constrói (elaboração de ações para arrecadar fundos com o intuito de construir a sede da associação comunitária na forma de mutirão)

Diante disso, é necessário indicar que esses temas são norteadores das dinâmicas a serem desenvolvidas e que para a realização das ações será realizado um planejamento mensal

⁵Esses centros “são instrumentos importantes para a consolidação de uma política pública transversal para a economia solidária na Bahia, convergindo diversas ações de formação, assistência técnica, divulgação, comercialização, crédito, expressão cultural e articulação social e política do movimento de economia solidária.” Disponível em: <http://admhomologa.setre.ba.gov.br/conteudo/institucional/economia-solidaria/cesol> acesso em: 10-11-14.



entre a equipe técnica no qual serão definidas as metodologias específicas, desses momentos, ajustando-as às indicações do grupo.

A terceira etapa será desenvolvida nos quatro últimos meses. Nessa fase final, os dois grupos, além de desenvolverem suas tarefas características na prática de esportes e organização social para geração de renda, passarão a ter reuniões com um artista que vai realizar uma abordagem na linha da arte e educação com a proposta de aproveitamento de cerâmica para a construção de mosaicos a serem incorporados em espaços dos equipamentos públicos integrantes do traçado urbanístico do entorno. A periodicidade dos encontros e sua duração vão depender da necessidade para a realização das tarefas no trabalho coletivo de montagem dos painéis.

Esse trabalho pretende ser traduzido num elemento de identidade da comunidade com o espaço construído, numa obra de arte com elementos da beleza natural da cidade e de suas manifestações culturais se tornando um ponto de visitação local que possibilite evitar a exclusão social e espacial, dessa área, com relação ao restante da cidade. Outra atividade a ser realizada nessa fase e que reunirá os dois grupos vai ser uma oficina de plantio de árvores no entorno. Essa ação será desenvolvida com base no que for definido como áreas verdes no traçado urbanístico, sendo, portanto outro ponto de diálogo entre as propostas elaboradas.

Por fim, é importante ressaltar que será mantido um plantão de atendimento e de esclarecimento de dúvidas sobre as ações do projeto em executado que será realizado semanalmente durante o dia numa unidade cedida pela SMAS, possivelmente o CRAS. Esse momento também será utilizado para atender as famílias no sentido de articular suas demandas às demais políticas através de um acompanhamento social.

5.5- Metas

- Formalização da Associação de Moradores local.
- Início do desenvolvimento de um empreendimento solidário.
- Consolidação de um grupo formado por agentes ambientais jovens.

5.6- Indicadores e resultados

- Quantidade de famílias representadas nas atividades desenvolvidas
- Nível de organização da associação local e número de integrantes.
- Porcentagem de crianças e jovens pertencentes ao grupo.



- Fase de desenvolvimento de iniciativa de geração de renda com base na economia solidária.

5.7-Instrumentos de sistematização e registro

Para o acompanhamento das atividades serão realizados relatórios mensais, além disso, serão registradas as presenças dos participantes com a utilização de listas de presenças durante os encontros. Outro recurso a ser utilizado será a elaboração de atas nas quais ficarão registrados os acordos e responsabilidades. A utilização de fotografia e filmagens será outro instrumento para este fim.

5.8- Avaliação

A avaliação será realizada durante todo o andamento das atividades, pois, sempre que possível um recurso chamado humorômetro vai ser aplicado no final dos encontros. Com o objetivo de saber o que os participantes acharam da atividade ficam à disposição expressões de triste, feliz, cansado disposto etc. que são afixadas num painel para medir qual o impacto a atividade teve nos participantes. Uma reunião mensal para avaliar o andamento das atividades vai ocorrer toda última sexta-feira do mês num encontro dos dois grupos que vai buscar saber sobre o andamento das atividades, possibilitando ajustes e redirecionamento de ações, quando necessário.

6-Cronograma previsto (prazos para próxima etapa)

Atividade	Mês											
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12ª
Etapa 01												
Apresentação da proposta	x											
Ajustes e negociações para financiamento	x	x										
Etapa 02												
Divulgação e Inscrições		X										
Realizações dos Encontros do Grupo 01 e 02			x	x	x	x	x	x	x	x		
Formação sobre Associações comunitárias no Grupo 02				x								
Formação em Economia Solidaria Grupo 02							x					
Ações de arrecadação de fundos										x	x	
Mutirão para construir a sede da Associação de Moradores												x
Etapa 03												
Oficinas construção dos mosaicos									x	x	x	x
Plantio de árvores											x	
Ações Permanentes												
Planejamento mensal	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x



Plantões de Atendimento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Avaliação das Atividades			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

7. Equipe Técnica e Orçamento previsto

7.1. Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica, por hora/serviços

01- Assistente social com experiência em trabalho social de pós ocupação carga horária de 30hs semanais para desenvolver atividades de coordenação, planejamento, supervisão e execução das atividades.

02- Auxiliar administrativo de nível médio completo com carga horária de 40 horas para elaborar documentos, providenciar matérias necessários para as atividades executar as atividades, coletar e sistematizar dados etc.

03- Educador Social- profissional de nível médio com experiência em supervisão de práticas esportivas para desenvolver oficinas e dinâmicas junto aos grupos com a disponibilidade de 40 horas semanais.

RECURSOS HUMANOS			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (UNITÁRIO)	TOTAL R\$
Assistente social	1.440 hs	90	129.600,00
Auxiliar Administrativo	1.920 hs	5	9.600,00
Orientador Social	1.920 hs	5	9.60,00

7.2. Serviços complementares e consultorias especializadas

SERVIÇOS DE TERCEIROS			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (UNITÁRIO)	TOTAL R\$
Curso de associativismo	1	Sec. De Agricultura	Parceria
Curso de Economia Solidária	1	Ass. Filhos do Mundo	Parc.(SETRE)
Oficinas Arte e educação	4	300/mês	2.000,00
Comunicação		Setor de comunicação	SMAS

7.3. Gastos com Recursos Materiais

MATERIAL PERMANENTE			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (UNITÁRIO)	TOTAL R\$
Projetor	1	Parceria	SMAS
Agogô	1	49,90	49,90



Berimbau	3	55,00	165,00
Atabaque	1	140,00	140,00
Pandeiro	2	69,90	139,80
Bola de futebol	5	59,90	299,50
Bola de vôlei	5	49,90	249,50
Rede de vôlei	1 kit (2 lonas)	65,00	65,00
Bebedouro	1	249,00	249,00
Cadeiras	30	Parceria	SMAS
Impressora	1	Parceria	SMAS
Camisetas brancas	50	20,00	1.000,00
Calças para capoeira	50	38,00	1.900,00
MATERIAL DE CONSUMO			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (UNITÁRIO)	TOTAL R\$
Papel A4	04 pcts (500 fls)	13,99	55,96
Cola	02 Pcts (12 und)	10,99	21,98
Tesoura	15	4,80	72,00
Pilotos	1 Cx (12 und)	33,60	33,60
Água	96 galões (20 Lts)	8,50	816,00
Mudas de árvores	100	Sec. Do Meio Ambiente	Parceria
Pedaços de Cerâmica		Coleta na cidade	
INFRAESTRUTURA			
ESPECIFICAÇÃO	INSTITUIÇÃO	VALOR (UNITÁRIO)	TOTAL R\$
Local para reuniões	Ass. Menina Mulher		Parceria
Campo próximo a comunidade			Local publico
Quadra de esportes	Sec. De Educação		Parceria
VALOR TOTAL			156.057,24

É importante destacar que o detalhamento orçamentário dos itens dessa planilha será realizada oportunamente, com base nos preços reais do momento em que as decisões sobre a fonte financiadora forem consolidadas, pois, se o município assumir a execução, muitos dos recursos a serem utilizados podem ser disponibilizados pelas secretarias e instituições existentes como demonstrado em algumas parcerias indicadas.

8- Viabilidade institucional, econômica e financeira

8.1-Recomendações para o Termo de Referência

Esse instrumento técnico deve ser construído com base na escolha do ente financiador, pois, o conteúdo do termo de referência só pode ser estabelecido quando for possível definir qual das possibilidades de financiamento apresentadas vai se consolidar.



Diante dessa realidade, é necessário ressaltar que, nesse momento, será necessário retomar os contatos com a rede de parcerias aqui apontadas, para que as mesmas confirmem, através da assinatura de documentação própria, a disponibilidade de contribuir com execução do projeto especificando os recursos disponibilizados para a efetivação da proposta.

Com base nisso, o termo deverá apontar, além das atribuições da entidade executora das ações, com seus respectivos prazos, todas as parcerias firmadas, descrevendo de que forma as mesmas vão desenvolver as ações previstas nesse projeto.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAHIA. (2008). Lei 11.041. **Política Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS.**
- BRASIL. **Ministério das Cidades.** Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014. Aprova o Manual de Instruções para aprovação e execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014.
- BRASIL. (2001). Lei 10.257. **Estatuto das Cidades.**
- BRASIL. (2009). Lei 11.977. **Lei do Programa Minha Casa Minha Vida.**
- BONDUKI, Nabil G. **Origens da Habitação Social do Brasil.** Arquitetura Moderna, Lei de Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, FAPESP, 1998.
- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cadernos e Modelo de Orientação Técnico- COTS** de 31 de março de 2011.
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2001
- FERREIRA, J.S.W.e UEMURA, Margareth M.. **Política Urbana.** Curso à Distância: Ações Integradas de Urbanização e Assentamentos Precários. Módulo I. Disciplina I. Ministério das Cidades, 2008.
- JUNQUEIRA, L.A. P.; INOJOSA, R. M.; e KO-MATSU, S. Descentralização e Intersetorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. In: **XI Concurso de Ensayos del CLAD “El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones”.** Caracas, 1997.
- PAZ, R. D. O.; TABOADA, K. J. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social.** Curso a Distância. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.
- RESIDÊNCIA_AU+E/UFBA. (s.d.). Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia. Universidade Federal da Bahia. Disponível em: < <http://residencia-ae-ufba.blogspot.com.br/>>. Acesso em março de 2014.
- RUY BARBOSA, PREFEITURA. **Plano Local de Habitação de Interesse Social (2011).**



ANEXOS

1- CADASTRO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO SOCIAL
POLÍTICA DE HABITAÇÃO

CADASTRO SOCIOECONOMICO VILA DA DIGNIDADE

Nº da casa: _____

I - SOBRE O(A) CHEFE DE FAMÍLIA (1º Responsável):

Nome: _____ Sexo: _____

Apelido: _____ Idade _____

Data de Nascimento: ____/____/____ RG: _____

Órgão Emissor: _____ UF _____ Data de Emissão: ____/____/____

CPF: _____ Endereço: _____

CEP: _____ Tel. de Contato: _____

SITUAÇÃO CIVIL: () solteiro(a) () casado(a) () viúvo(a) () divorciado(a) () União estável ()

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Tempo que reside no Município: _____

Nível de instrução:

() analfabeto () alfabetizado () 1º á 4º série () 5º á 8º série () 2º grau () 3º grau

Principal Ocupação: _____

Renda: _____

Há caso(s) de pessoa(s) com deficiência(s) no grupo familiar? () sim () não Qual o tipo de deficiência(s)? _____

Possuí o Benefício de Prestação Continuada (BPC)? () sim () não

Existem idosos no grupo familiar? () sim () não

Qual(is) a(s) idade(s)? _____

Existe acompanhamento médico? () sim () não

Em qual Unidade de saúde? _____

A família participa de algum programa e/ou Projeto Social? () sim () não

() Serviços do CRAS Quais? _____

() Programa Bolsa Família (PBF)

() outros _____

R\$ _____

Pratica Atividade de Lazer/Cultural/Esportiva? () sim, qual? _____ () não

Quais as áreas de interesse presentes na família? () Grupo de gestante () pintura em tecido ()

Grupo de Família () culinária () informática para idoso () karatê () Horta comunitária ()

Criação de associação

Sugestão de outras áreas de interesse:



6.0 N° de famílias na residência () uma família () duas famílias () mais de duas famílias

SITUAÇÃO HABITACIONAL

7.8 – Quais os pontos positivos e negativos da mudança para nova moradia?

POSITIVOS _____

NEGATIVOS _____

O que acha que deve ser construído no entorno?

Está acontecendo a coleta de lixo periódica na sua rua? () Sim. Vezes por semana? _____
() não

Existem atividades (festas, campeonatos esportivos, atividades culturais, etc) sociais realizadas pelos moradores de sua rua (seu bairro)? () sim, quais? _____

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

9.1 Algum membro da família participa de organizações sociais? () sim () não

9.1.2 Em caso positivo, que tipo de organização: () Sindicado () Associações
() Entidade Filantrópica () ONGs () Cooperativa
() outros

9.2 Se participa já recebeu algum tipo de qualificação ou treinamento? () não () sim
Qual? _____

X – OBSERVAÇÕES:

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu _____ portador(a) da cédula de

identidade RG N° _____ AUTORIZO o uso de minha imagem em

todo e qualquer material a ser publicado para fins de estudo e/ou pesquisa.

_____, ____ de _____ de _____.



2- CONVITE



CONVOCAÇÃO

CONVOCAMOS VOCÊ, MORADOR DA VILA DA DIGNIDADE, PARA FAZER PARTE DO TIME "VILA EM MOVIMENTO" QUE SERÁ FORMADO PARA GANHAR O CAMPEONATO DA SELEÇÃO MAIS PARTICIPATIVA DO NOSSO MUNICÍPIO, CONQUISTANDO A TAÇA DAS MELHORIAS COMUNITÁRIAS. EM CLIMA DE COPA E DE SÃO JOÃO, VENHA PARTICIPAR DA 1ª REUNIÃO DO TRABALHO SOCIAL DE PÓS-OCUPAÇÃO

QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 08 DE JUIHO ÀS 18h30min NA SEDE DO PROJovem.
TEMA: "Apresentação da proposta de trabalho e esclarecimento de dúvidas."



3- OFÍCIOS

Da: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RUY BARBOSA - BA

Para: Sra. Carmem Barberino

Secretaria Municipal de Educação

Prezada Senhora,

Venho através deste, solicitar o apoio desta instituição para realizar a transferência dos alunos(as), que fazem parte das famílias beneficiárias da Política de habitação, das escolas, nas quais estudam atualmente, para uma unidade escolar próxima à Vila da Dignidade, no Bairro Dom Mathias. Essa ação faz parte do trabalho social de acompanhamento do pós-ocupação em empreendimentos habitacionais e se fez necessária a partir da escuta às famílias, que relataram as dificuldades reais em dar suporte às crianças para frequentar escolas situadas em bairros distantes. Diante disso, segue a lista de alunos com as respectivas escolas que estão frequentando para que seja analisada a possibilidade de transferência.

ALUNO	IDADE	ESCOLA ATUAL
Mathias Marques de Jesus	14 anos	Alice Teles
Mateus Marques de Jesus	14 anos	Alice Teles
Lindomar Fernandes Pires	15 anos	Onorino (noturno)
Jeisiane de Jesus Silva	7 anos	Duque de Caxias
Weslei Pinto de Jesus	5 anos	Duque de Caxias/Creche Mãe Jovina
Gisele de Jesus Silva	11 anos	Duque de Caxias
Julia de Jesus Pinto	10 anos	Duque de Caxias
Cauã dos santos Oliveira	09 anos	Duque de Caxias
Kelori dos santos Oliveira	05 anos	Creche Mãe Jovina
Ketili dos Santos Oliveira	11 anos	Duque de Caxias



Jasmim de Santos Costa	2 anos	Creche Maria de Lurdes
Julia de Jesus Alves	3 anos	Creche Maria de Lurdes

Por fim, ressaltamos a necessidade dessa ação no sentido de garantir o acesso desses(as) aluno(as) à unidade escolar e prevenir o processo de evasão causado por elementos sociais e estruturais.

Da: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RUY BARBOSA - BA

Para: Sra. Maristela Alencar

Secretária Municipal de Saúde

Prezada,

Venho através deste, solicitar o apoio desta instituição para realocar em caráter de urgência uma Agente Comunitária de Saúde(ACS) para o atendimento do conjunto de casas intitulado Vila da Dignidade. Nesse local, estão alocadas 60 famílias, que se mudaram há cerca de três meses para o bairro Dom Mathias. Considerando que, ao submeter um projeto envolvendo a política de habitação, o município atesta ter capacidade para atender as demandas da população que irá morar em determinado bairro; que a saúde é um direito social garantido na Constituição; e que esse serviço é reforçado pelo que coloca a Lei 8.080, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, quando, evidencia no seu Art. 2º, que: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.” Reforçamos a necessidade de inclusão dessas famílias no cadastro realizado pela ACS para que o acompanhamento seja efetivado na unidade de saúde mais próxima, nesse caso, o Posto Sóter de Jesus (extensão Dom Mathias).

Deixamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Luciana Santos Arruda
Assistente social responsável

Eridan Martins de Araújo Dourado
Secretaria Municipal de Assistência social



Telefone: 75 3252-2713 CRAS (Luciana Arruda)

E-mail: lucianasantosarruda@gmail.com

3-PROBLEMAS ESTRUTURAIS

A equipe do trabalho social de pós-ocupação da Vila da dignidade informa ao setor responsável que os moradores indicaram em 18- 03- 2014 a existência dos seguintes problemas estruturais nas casas. Ressaltamos que, esse acompanhamento do que tange questões de infraestrutura do imóvel, cabe à empresa responsável pela obra e que esse levantamento inicial, foi feito pela equipe, devido à necessidade urgente de providências serem tomadas. Esses problemas resultam em impactos negativos na qualidade de vida dos moradores, por isso, solicitamos que os devido reparos sejam feitos o mais breve possível e que a empresa assuma seu papel no acompanhamento das demandas estruturais dos imóveis.

LISTA PRELIMINAR DE PROBLEMAS ESTRUTURAIS

Nº	QUESTÃO ENCONTRADA
2	Banheiro vazando descarga /piso filho e mãe alérgica
3	Fechadura com problema
7	Vazamento nas paredes da sala, quartos e banheiro
17	Tanque vazando
18	Tampa do tanque água saindo do quintal
29	Piso do banheiro Local de banho afundando
33	Quarto vazando água; a água da pia não desce; ligação na fosse; desce para rua.
34	Pias entupidas



- 36 Vazamento na pia da cozinha
- 37 Sem vidros da canteira cozinha, chuveiro entupido, pia entupida
- 40 Banheiro –fossa entupida esgoto sobe muito fedor
- 42 Tanque sem boia
- 45 Pia entupida / chuveiro entupido banheiro vazando para sala
- 49 Fechadura arrombada da porta da frente
- 53 Banheiro com vazamento
- 55 Vazamento de água parede toda molhada
- 57 Fechadura quebrada
- 60 Banheiro quebrado.

4- CARTA DE INTERESSE PREFEITURA

Em atenção à correspondência datada em 31 de março de 2014, referente à proposta de parceria dessa Prefeitura com a Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, vimos manifestar o nosso interesse em dar seguimento à esse termo de cooperação que já encontra-se assinado pelas partes.

Nesse sentido, confirmamos que a Assistente Social LUCIANA SANTOS ARRUDA foi recentemente contratada por esta Prefeitura, e sendo também matriculada nessa especialização, propôs, por orientação dessa coordenação, nessa fase final de trabalho de campo, que o projeto final de assistência técnica fosse desenvolvido em uma comunidade demandante do Município de Rui Barbosa, em comum acordo com essa Prefeitura.

Dessa forma, objetivando os ganhos sociais desse projeto, voltado para o "Trabalho social de Pós-ocupação na vila da Dignidade", reafirmamos a nosso apoio ao desenvolvimento de tal projeto, certos de que, nessa parceria poderemos avançar com novos conhecimento para outros trabalhos de cunho social no nosso município.

Em atenção, observamos que podemos dar andamento ao Termo de Cooperação para essa finalidade, com base no Plano de Trabalho apresentado pela referida Assistente Social.



Atenciosamente,

Eridan Martins de Araújo Dourado
Secretária Municipal de Assistência Social
Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

5- CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - FAUFBA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SMAS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES CONJUNTAS DESTINADAS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE, NA FORMA ABAIXO.

A FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA–FAUFBA, inscrita no CNPJ sob o n°. 15.180.714/0001-04, com sede na Rua Caetano Moura, n°. 121, Federação, neste ato representada por sua Diretora, Naia Alban Suarez, brasileira, solteira, arquiteta e urbanista; e do outro lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA, inscrita sob CNPJ: 13.810.833/0001/60, com sede na Praça Adalberto Ribeiro Sampaio, nº 253 – Centro – Ruy Barbosa – Bahia. Aqui representado pelo Prefeito Municipal Jose Bonifácio Marques Dourado, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, sujeitando-se, no que couber, às disposições legais aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Considerando que a Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada no âmbito o programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, por meio do Curso de Especialização: Assistência Técnica à Habitação e Direito à Cidade, tem como atividade prioritária a efetivação de ações voltadas para essa área de atuação, semelhante ao que ocorre na Residência Médica.



Considerando que a primeira turma, iniciada em outubro de 2013, com previsão de término em dezembro de 2014 (total de 14 meses), em casos excepcionais, se estendendo até fevereiro de 2015 (total de 16 meses) contou com a aprovação de 23 residentes, com carga horária de 20 horas semanais, dentre os quais a Assistente Social LUCIANA SANTOS ARRUDA; e que a referida Residente, tendo sido recentemente contratada pela Prefeitura de Ruy Barbosa- BA para atuar na Política de Assistência Social, em fevereiro de 2013, portanto durante o curso, compatibilizou suas atividades com os interesses dessa Prefeitura, definindo, em comum acordo, como área de atuação para Assistência Técnica, o conjunto de casas correspondentes ao Programa Minha Casa Minha Vida Sub 50, inaugurado em fevereiro de 2014, nesse Município.

Considerando ainda, que a referida profissional, elaborou o plano de trabalho intitulado “Trabalho Social de Pós-ocupação na Vila da Dignidade”, trabalho esse, de grande interesse não apenas para a conclusão do curso da residente, como também para essa Prefeitura no âmbito do aprimoramento da Política Nacional de Habitação, formaliza-se esse Termo de Cooperação entre a Faculdade de Arquitetura da UFBA e a Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa através da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS –, para conjuntamente oferecer o suporte necessário à realização desse trabalho, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente convênio tem por objeto estabelecer cooperação técnica, objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas destinadas ao desenvolvimento da Assistência Técnica em Habitação e Direito à cidade destinada ao conjunto de casas correspondentes ao Programa Minha casa Minha Vida Sub 50 intitulado Vila da Dignidade, de acordo com o Plano de Trabalho apresentado pela referida Residente, para conclusão do curso de especialização em tela.

Parágrafo único – Será criado o Grupo de Trabalho Interinstitucional como medida de apoio à consecução do Plano de Trabalho da referida Residente, em anexo, objeto do presente Convênio:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

I - DAS COMPETENCIAS COMUNES A TODOS OS CONVENIENTES



- i. Designar prepostos para a composição do Grupo de Trabalho para acompanhamento e apoio na elaboração dos projetos definidos no Plano de Trabalho anexo;
- ii. Participar das reuniões previamente agendadas para desenvolvimento das atividades indicadas nos termos do Plano de Trabalho anexo.
- iii. Deliberar, nos encontros do Grupo de Trabalho, os procedimentos e estratégias para atuação dos Convenientes no âmbito deste Convênio.

II - DAS COMPETENCIAS ESPECÍFICAS

A – ESPECÍFICAS DA FAUFBA

- i. Coordenar as ações do Convênio, tal como expresso no Plano de Trabalho anexo;
- ii. Articular as ações de cooperação técnica disponibilizando demais residentes interessados e professores coordenadores para dar apoio na elaboração dos projetos a serem definidos, com base no Plano de Trabalho anexo.

B – Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa através da SMAS:

- i. Disponibilizar transporte, hospedagem e alimentação para os residentes e professores coordenadores para visitas in loco, visando coleta de dados e apoio na elaboração dos projetos a serem definidos, com base no Plano de Trabalho anexo;
- ii. Disponibilizar todos os dados do(s) terreno(s) a ser utilizado, tais como levantamento planialtimétricos, sondagens, plantas, cortes, e o que mais se mostrar necessário para o desenvolvimento do trabalho;
- iii. Promover o organizar reuniões entre a comunidade e o corpo de residentes e professores coordenadores, quando da visita dos mesmos à campo.

A vigência do presente convênio é de 08 meses (oito) meses a contar da data da sua assinatura, até fevereiro de 2015, quando da finalização das atividades do curso de especialização da 1ª. turma de residentes, podendo ser prorrogado por igual período por interesse das partes convenientes, sendo referendados todos os atos já praticados ao presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS



O presente Convênio de Cooperação Técnica não contempla repasse de recursos financeiros entre os partícipes, devendo cada um dos Convenientes mensurar o impacto orçamentário decorrente da execução deste Convênio necessário ao cumprimento de suas atribuições.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica estabelecido que o surgimento de atividades que requeiram repasse de recursos, de um partícipe para o outro, implicará na elaboração de ajuste em instrumento específico, a ser aprovado pelos signatários, com participação bilateral ou multilateral, conforme o caso, observada a legislação em vigor e o trâmite correspondente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS PENDÊNCIAS

Havendo pendências e/ou trabalhos em execução, as partes, através de um “Termo de Encerramento de Convênio”, estabelecerão responsabilidades à conclusão ou extinção de cada um dos trabalhos e de todas e quaisquer pendências porventura existentes.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

As situações omissas, não previstas neste convênio, serão resolvidas em comum acordo com as partes convenientes, podendo, inclusive, ser firmado termo aditivo neste sentido, objetivando a solução do impasse.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Durante sua vigência, este Convênio de Cooperação Técnica poderá ser denunciado pelo descumprimento das obrigações pactuadas, ou a qualquer tempo, de comum acordo, ou por um dos partícipes, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne unilateralmente inexecutável, observando o prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação prévia ou, ainda, ser rescindido nas seguintes hipóteses:

I – quando ocorrer inadimplemento de qualquer de suas cláusulas e condições, mediante notificação prévia entre os partícipes;

II – quando sobrevier fato ou disposição que o torne impraticável;

III – quando ocorrer à interrupção das atividades sem a devida justificativa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o presente acordo venha a ser denunciado ou rescindido, os partícipes firmarão Termo de Encerramento, mantendo as obrigações assumidas neste mesmo até que a quitação total das pendências remanescentes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES



Durante sua vigência, este Convênio de Cooperação Técnica poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante celebração de termo Aditivo, desde que de comum acordo entre os partícipes.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

As partes celebrantes elegem o Foro da comarca de Salvador como único para dirimir quaisquer questões pertinentes ao presente Convênio, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Naia Alban Suarez

Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

Jose Bonifácio Marques Dourado

Prefeitura Municipal de Ruy Barbosa

Salvador/BA, _____ de _____ de 2014.

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: